

**ATA DA 523ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA
CRIMINAL E PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2025**

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se, de forma virtual, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) para a 523ª Reunião Ordinária, sob a presidência em exercício da Dra. Caroline Santos Lima, em substituição ao Presidente Dr. André de Albuquerque Garcia, que se ausentou por compromisso de última hora. Estavam presentes os seguintes conselheiros(as): Walter Nunes da Silva Júnior, Ana Elisa Liberatore Silva Bechara, Bruno Dias Cândido, Davi Márcio Prado Silva, Douglas de Melo Martins, Katia Regina de Abreu, Marcelo Pimentel de Oliveira, Paulo Augusto Oliveira Irion, Arthur Richardisson Evaristo Diniz, Josefa Elizabete Paulo Barbosa e Aline Ramos Moreira. Ausentes, os conselheiros André de Albuquerque Garcia, Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito, Murilo Andrade de Oliveira, Pierpaolo Cruz Bottini, André Alisson Leal Teixeira, Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, Luciana Gomes Ferreira de Andrade, justificada por estar em atividades na COP30 em Belém do Pará, e Vanessa Luz, justificada por estar hospitalizada.

A Sra. Vice-Presidente do Conselho declarou aberta a sessão, dando as boas-vindas aos conselheiros e demais participantes, com destaque para a conselheira Ana Elisa, em sua primeira participação no colegiado, ressaltando a importância de sua contribuição. Na sequência, deu início à discussão sobre a elaboração da minuta do Decreto de Indulto Presidencial, contextualizando o cenário de crise na segurança pública e o consequente movimento de endurecimento penal, ressaltando a necessidade de cautela por parte do Conselho. O conselheiro Davi Márcio manifestou-se pela prudência, sugerindo que os trabalhos se concentrem em ajustes redacionais e na incorporação de entendimentos já consolidados pelo Supremo Tribunal Federal. O conselheiro Douglas, relator da matéria, corroborou a visão apresentada, afirmando que a manutenção das conquistas dos decretos anteriores já representaria uma vitória, e solicitou que as sugestões fossem encaminhadas por escrito. O conselheiro Walter Nunes destacou a importância de ajustes redacionais para evitar interpretações equivocadas, especialmente no tocante à comutação de pena para membros de facções criminosas. A conselheira Aline, por sua vez, destacou sua experiência no Grupo de Trabalho nos últimos dois anos e elogiou a alteração topográfica dos crimes impeditivos, que resguarda a autonomia do Conselho. Concordou com a necessidade de cautela diante do cenário atual, marcado por tensões na segurança pública, operações recentes e propostas legislativas que indicam recrudescimento da execução penal, inclusive com sugestões preocupantes, como a

36 supressão da audiência de custódia. Observou que, embora inicialmente otimista quanto
37 a avanços, o momento exige prudência, sendo um grande avanço manter as conquistas
38 já consolidadas. Informou que enviará sugestões por escrito ao relator, oriundas de
39 audiências públicas em Roraima e São Paulo e de mutirão no CDP de Guarulhos,
40 envolvendo população migrante e estrangeira. Concluiu enfatizando que o Conselho deve
41 agir com extrema cautela. Em continuidade a Conselheira Katia Abreu registrou sua
42 posição favorável às manifestações anteriores, declarando concordância com o
43 conselheiro Douglas e com as sugestões apresentadas pelo conselheiro Walter,
44 destacando a relevância do tema e a necessidade de não se omitir diante da discussão.
45 Em seguida, a Presidente, Dra. Caroline, submeteu ao colegiado a Ata da 522ª Reunião
46 Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Como último tópico da pauta, a Presidente
47 introduziu o item referente ao Regimento Interno, informando que seria tratada a questão
48 das audiências públicas, conforme sugestão da conselheira Kátia. Em seguida, passou a
49 palavra ao conselheiro Davi Márcio, que informou sobre a última reunião, na qual recebeu
50 sugestões relevantes dos conselheiros Arthur Richardisson e Katia Abreu para
51 aperfeiçoamento do texto do regimento. Destacou a preocupação em evitar excessiva
52 regulamentação, que poderia engessar a atuação do Conselho ou concentrar poder,
53 considerando a diversidade regional e a composição plural do órgão. Defendeu que o
54 regimento deve estabelecer princípios mínimos, garantindo flexibilidade para ajustes
55 conforme especificidades locais. Alertou para o risco de detalhar demasiadamente
56 atribuições de grupos de trabalho, audiências públicas e prerrogativas dos conselheiros,
57 pois estes já possuem normas éticas próprias vinculadas às suas funções de origem.
58 Explicou que o texto ainda não foi divulgado por estar em fase de alinhamento com os
59 demais conselheiros, visando apresentar uma versão consolidada na próxima reunião,
60 com antecedência para análise. Concluiu que as alterações serão feitas com segurança
61 e simplicidade, preservando a autonomia e a adaptabilidade do Conselho. Na
62 continuidade, explicou que incorporou a proposta da conselheira Katia sobre audiências
63 públicas em um artigo que trata das atribuições do presidente, permitindo que essas
64 audiências sejam realizadas tanto pelo plenário quanto por comissões ou grupos de
65 trabalho. Informou que está ajustando o artigo 34, relativo às funções do presidente e do
66 relator, bem como à criação de um repositório de jurisprudência, pontos que ainda
67 carecem de refinamento. Ressaltou que o texto está praticamente consolidado, devendo
68 ser apresentado na próxima reunião — possivelmente a última do ano — com
69 antecedência para análise pelos conselheiros. Destacou que as alterações não
70 impactarão decisões sobre o indulto e que o novo regimento deverá entrar em vigor no

71 próximo ano, garantindo tempo para estudo e manifestação. Concluiu afirmando que
72 disponibilizará as sugestões sobre audiências públicas e seguirá dialogando com os
73 conselheiros para finalizar o texto com segurança e simplicidade. Na sequência, a
74 conselheira Aline parabenizou o conselheiro Davi pelo trabalho na elaboração da minuta
75 do regimento e propôs reflexão sobre o artigo 16, especialmente o §2º, que condiciona a
76 participação dos suplentes à ausência de confirmação dos titulares. Destacou que essa
77 restrição não condiz com a prática do Conselho, onde suplentes têm participação ativa,
78 inclusive em relatorias e grupos de trabalho. Defendeu que, embora seja necessário
79 disciplinar a questão da votação, a participação no debate deve ser assegurada a todos,
80 evitando limitações indevidas. Em continuidade, o conselheiro Walter agradeceu a palavra
81 e apresentou sugestões sobre o artigo 34. Alertou para os custos das audiências públicas
82 e sugeriu que sua deliberação não fique a cargo exclusivo dos grupos de trabalho ou
83 comissões, mas seja concentrada na presidência ou no plenário, garantindo planejamento
84 e viabilidade. Propôs ajustes na redação para uniformizar termos sobre sessões
85 ordinárias e virtuais, evitando ambiguidades quanto à sincronicidade. Recomendou
86 correção da nomenclatura “inspeções de visitas” para apenas “inspeções”, alinhando com
87 a terminologia já utilizada no regimento. Complementando sua intervenção, destacou a
88 necessidade de disciplinar a participação de titulares e suplentes em audiências
89 presenciais, alertando para riscos de inviabilização logística caso todos sejam
90 convocados. Recordou que o regimento atual é omissivo sobre essa questão e lembrou
91 precedente ocorrido na votação do indulto, quando se definiu que suplentes poderiam
92 participar do debate, mas não votar, salvo para completar o quórum mínimo. Ressaltou
93 que a proposta do conselheiro Davi busca contemplar essas singularidades sem
94 personalizar regras, garantindo equilíbrio entre participação e funcionalidade. O
95 conselheiro Douglas destacou que questões orçamentárias impactam diretamente a
96 realização de audiências públicas e participação de suplentes, variando conforme
97 disponibilidade de recursos. Defendeu que a decisão sobre convocações deve ter
98 flexibilidade, ficando a critério da presidência, que poderá ponderar conforme a “reserva
99 do possível”. Citou exemplos de eventos custeados pelo Fundo Nacional de Segurança
100 Pública em períodos de maior disponibilidade financeira, ressaltando que essa realidade
101 pode mudar. Reforçou a importância de manter margem de discricionariedade para a
102 presidência e sugeriu que o regimento estabeleça critérios claros para convocação de
103 suplentes, como antiguidade, quando necessário para completar quórum. O conselheiro
104 Walter concordou com a proposta de flexibilidade e sugeriu que o regimento explicita a
105 possibilidade de designar suplentes para grupos de trabalho e prever sua convocação

quando a pauta tratar de temas relacionados às comissões que integram. Reforçou que essas regras devem ser gerais, sem personalização, garantindo equilíbrio entre participação e viabilidade. O conselheiro Arthur Richardisson cumprimentou os presentes e destacou a importância do debate sobre o regimento. Informou que a minuta enviada ao grupo ainda não reflete as contribuições recentes e sugeriu que o texto seja consolidado para apresentação na próxima reunião, após ajustes redacionais e acréscimos necessários. O conselheiro Paulo Augusto Irion parabenizou o conselheiro Davi pelo trabalho e defendeu a necessidade de normatização para evitar improvisos, sem engessar a atuação do Conselho. Concordou com as ponderações do conselheiro Douglas sobre manter margem de flexibilidade para a presidência, especialmente diante das limitações orçamentárias. O conselheiro Davi encerrou o tópico, agradeceu as contribuições dos conselheiros Walter, Douglas, Arthur Richardisson e Aline, esclarecendo que a proposta do artigo 34 foi elaborada para garantir controle financeiro e equilíbrio na realização de audiências públicas. Informou que fará ajustes para deixar o dispositivo mais claro, incorporando as sugestões apresentadas. Reforçou que a disciplina sobre participação de suplentes no art. 16 visa apenas questões orçamentárias, assegurando presença nos debates e em grupos de trabalho. Destacou que o objetivo é ampliar a participação e regulamentar atribuições que antes não estavam definidas, sem engessar o funcionamento do Conselho. Confirmou que acolherá as correções sobre redação, sessões síncronas/assíncronas e nomenclatura de inspeções. Concluiu informando que, junto ao conselheiro Arthur Richardisson, finalizará os ajustes e disponibilizará o texto consolidado com antecedência para apreciação na reunião ordinária do dia 9 de dezembro de 2025. **Ao final dos debates, definiu-se pelos seguintes encaminhamentos:** 1 – Os conselheiros deverão encaminhar sugestões de ajuste para a minuta do indulto ao relator, conselheiro Douglas de Melo Martins; 2 – Fica agendada uma reunião extraordinária para o dia 29 de novembro de 2025, às 20h, a fim de tratar da aprovação da minuta do decreto de indulto presidencial de 2025 e deliberação final sobre ela; 3 – Aprovação das alterações no Regimento Interno na próxima reunião ordinária. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 523ª Reunião Ordinária do CNPCP às onze horas e vinte minutos. Para constar, lavrou-se a presente ata por Joelmir dos Santos, servidor mobilizado do CNPCP/MJSP.

CAROLINE SANTOS LIMA

1ª Vice-Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária